

COMPLEMENTARIDADE ENTRE FORÇA E RELIGIÃO PARA O ÊXITO POLÍTICO NO DISCORSI DE MAQUIAVEL

COMPLEMENTARITY BETWEEN FORCE AND RELIGION FOR POLITICAL SUCCESS IN MACHIAVELLI'S DISCORSI

Moisés Bueno Farias Neto¹

Resumo: Utilizando um método histórico comparativo Maquiavel orienta ponderação no uso da força por considerar que esta em demasia ou escassez pode causar desestabilidade política e social. Também o manuseio da força precisa estar ancorado na legitimidade para alcançar êxito. Quanto ao papel político da religião, a partir da contribuição do filósofo, pode-se inferir que esta possui a capacidade de formar os princípios morais da população e de cimentar as relações sociais, algo que a força não pode realizar. Alicerçando-se nos postulados de Maquiavel acerca da força e da religião referenciados na obra *Discorsi*, o presente artigo sugere uma complementaridade entre força e religião para o êxito político.

Palavras-chave: Força. Religião. Êxito político.

Abstract: Using a comparative historical method Machiavelli guides weighting in the use of force because it considers that this in too much or scarcity can cause political and social instability. Also the handling of force needs to be anchored in legitimacy to achieve success. As for the political role of religion, from the contribution of the philosopher, it can be inferred that it has the capacity to form the moral principles of the population and to cement social relations, something that force cannot accomplish. Based on Machiavelli's postulates about the force and religion referenced in *Discorsi*, this article suggests a complementarity between force and religion for political success.

Keywords: Force. Religion. Political success.

Introdução

Ao tratar o impacto da força e da religião nas relações políticas, suas características, limites, alcances e a possibilidade destas variantes do poder se complementarem para o êxito da ação política, Maquiavel o faz a partir do contexto histórico em que estava imbricado.

As Guerras Italianas (1494-1559) colocaram em situação de litígio as principais monarquias europeias, estados pontifícios, repúblicas e principados italianos, constituindo uma fonte material formidável para as análises de Maquiavel acerca da lógica da força e suas implicações nas relações político-sociais. Outro fator histórico que

¹ Graduado e mestrando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, PR – Brasil, e-mail: m.fariasneto1993@gmail.com

reverberará na produção intelectual do filósofo será o Humanismo, que trouxe consigo o resgate dos valores greco-romano. Apesar de se opor a muitos princípios do Humanismo, sobretudo a aqueles que idealizavam o Homem, Maquiavel será influenciado por este movimento histórico e filosófico no que diz respeito a um repensar da posição do indivíduo no mundo, sua dignidade e suas relações com a ética, a moral e as crenças. A partir dessa reflexão o filósofo irá investigar o papel que a religião pode desempenhar nas relações políticas e sociais em um determinado regime político, como por exemplo a construção de uma moral coletiva capaz de direcionar a conduta social dos indivíduos.

Portanto, a partir do pensamento político de Maquiavel contido na obra *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, e considerando a conjuntura em que o filósofo estava inserido, em um primeiro momento o presente trabalho irá tratar do uso da força e de suas implicações políticas, depois percorrerá em um estudo sobre a influência político-social da religião, para enfim discorrer sobre a possibilidade de uma complementaridade de força e religião para o alcance do êxito político. Maquiavel era consciente do papel primordial da história para a compreensão política (MARCOMINI, 2017, p. 61), e acabou por utilizar-se do método histórico comparativo, que também será usado por este artigo, para apresentar seus postulados em sua obra *Discorsi*. Contrastando as ações políticas que foram efetivas das ineficazes, o filósofo irá sustentar que na própria história está contido os caminhos que conduzem os indivíduos e as nações ao êxito político.

1. A viabilidade e implicações do uso da força para o controle social e defesa de um regime político a partir da ótica maquiaveliana

Nicolau Maquiavel expõe que a força é um meio de atuação política imprescindível para a conquista e manutenção do poder em um regime político, e seu uso deve ser comedido, cirúrgico e oportuno para a obtenção de eficácia nas relações políticas.

A força é um meio extraordinário que se vale de violência e audácia para alcançar o que meios ordinários, como leis e costumes, não podem atingir (MAQUIAVEL, 1994, p. 425). Assim, a força tem um carácter de “mão régia”, de poder excessivo que objetiva causar temor naqueles que não se intimidam diante das leis e ameaçam a ordem (GRAZIA, 1989, p. 250).

A lógica da força maquiaveliana pode parecer dura devido sua característica realista, entretanto, é equivocado postular uma displicência de Maquiavel quanto ao uso da força, pois o filósofo conhece a “violência da força” e suas implicações políticas e

sociais, orientando tanto nos *Discorsi* como na obra *O Príncipe* a um comedimento e inteligência na ocasião do uso da força. Quanto a abordagem de Maquiavel referente ao uso força, Aranha (1993, p. 84) explica: “a violência destruidora não se confunde com a violência instauradora, que visa fundar o Estado ou salvá-lo da corrupção. Convém distinguir também a violência permanente daquela provisória e instituinte da ordem”. Destarte, Maquiavel não defende a banalização do uso da força, mas sua utilização no momento apropriado e na medida exata, tendo como finalidade a “saúde política” de um regime político.

O correto uso da força é virtude de um bom governo para Maquiavel, e pode ser compreendido em dois momentos: corrigir e defender. Sem poder assegurar justiça e proteção aos indivíduos, tanto o principado como a república perdem sua vocação e direito de exigir dos súditos ou cidadãos reverência (FROSINI, 2016, p. 110).

Um dos dispositivos do qual um principado ou república se utiliza para corrigir e proteger seu corpo político e social são as leis. A boa ou má aplicação da lei acarreta em benefícios ou malefícios respectivamente, podendo verificar-se está problemática em uma comparação histórica. Maquiavel expõe a punição exemplar dada a Mânlio Capitolino², cônsul que foi punido por fomentar uma revolta no intuito de se tornar “rei de Roma”, atentando desta forma contra o bem comum. Apesar de anteriormente ter salvo o capitólio do assédio dos gauleses, praticou um crime e foi punido, pois a lei não se flexionou, não permitindo assim que ele estivesse acima ou fora dela. Desse modo, a lei permitiu que um prêmio dado por virtude a Mânlio Capitolino não prescrevesse o castigo que merecera por ter atentado contra a República de Roma (MAQUIAVEL, 1994, p. 89).

Já para se evidenciar o fracasso político e risco social emergido da má aplicação da lei, ou até de sua abstenção, Maquiavel cita o episódio dos três Fábios. Neste evento diplomático histórico, três embaixadores foram enviados por Roma para auxiliar os gauleses na resolução das dificuldades que estavam enfrentando, todavia, ao invés de cumprir a missão que lhes foi confiada, oprimiram e aviltaram ainda mais os gauleses. Quando os embaixadores retornaram para Roma ao invés de serem punidos foram nomeados tribunos, sendo que tal ocorrido violou o *Ius Gentium*³, acarretando em uma revolta colossal dos gauleses contra Roma. Este é um exemplo histórico do que

² Cônsul nos primórdios da República Romana. Foi executado em 384 a.C., após uma rebelião frustrada, da qual fora o instigador.

³ Direito das gentes: leis direcionadas aos estrangeiros, que por não serem romanos não tinham acesso ao direito civil romano. Eram consideradas leis importantes para o abrandamento das relações entre os romanos e povos conquistados.

Maquiavel denomina “liberalidade” na aplicação das leis, no qual ocasiona rompimentos no tecido das relações sociais e políticas (MAQUIAVEL, 1994, p. 281).

Maquiavel, como exposto no décimo capítulo do segundo livro dos *Discorsi*, atribui a proteção de um país mais ao poder de coerção (exército) do que as riquezas que este possui, pois no “momento prático” em que se fizer necessário uma república ou principado se proteger, tal defesa será efetuada com ferro e não com ouro, como defende o autor.

Como já discorrido, para bem governar se faz necessário, diante da ótica maquiaveliana, utilizar-se da força. Outra questão paralela a esta problemática se levanta no que diz respeito ao momento ou circunstância oportuna para o uso da força. Para Maquiavel o uso da força deve ser pontual, uma resposta efetiva a uma necessidade objetiva em um momento específico. Por isso, o filósofo só evoca a utilização da força quando os meios não coercitivos estiverem esgotados para resolução de um problema de ordem político-social.

Nos esforços de corrigir e defender, um bom governo além de leis também utilizar-se-á de força para tal empreitada. Maquiavel demonstra demasiada preocupação com a medida correta do uso da força, pois tanto o excesso quanto a parcimônia desta gera ódio, que junto ao desprezo, constituem o combustível para a queda de principados e repúblicas. O manuseio correto da força na ótica maquiaveliana é imprescindível para o êxito político, e a história está cheia de exemplos do sucesso e do fracasso desta difícil empreitada, na qual podemos acompanhar em um comparativo histórico relatado por Maquiavel no *Discorsi*. Trata-se do envio para uma batalha de dois comandantes militares distintos: Lúcio Quíncio Cincinato⁴ e Ápio Cláudio Sabino Inregilense⁵: o primeiro era mais comedido no uso da força e humano no tratamento com seus soldados, o que lhe rendeu êxito no uso da força. Já Ápio Cláudio era severo e não comedido no uso da força, e atraiu para si o ódio dos soldados que comandava por atentar contra a dignidade deles, resultando no fracasso de sua campanha militar (MAQUIAVEL, 1994, p. 361).

A força expõe para Maquiavel dois grupos antagônicos no trato político: de um lado o povo que não quer ser oprimido, de outro os líderes políticos que desejam oprimir. Dessa luta surge liberdade, principado ou desordem (MAQUIAVEL, 1996, p. 67).

⁴ Foi general, cônsul e ditador romano. Considerado um herói, homem de muita virtuosidade e de fortes valores republicanos.

⁵ Foi general e cônsul romano. Sofreu forte oposição tanto do povo quanto do senado romano por ser muito severo e violento em suas funções públicas.

Intrínseco a discussão da intensidade e oportunidade para utilizar-se da força está a discussão quanto a sua legitimidade. O povo não pode apenas ser objeto do uso da força, pois a própria “autorização” para que a força atue no corpo social depende de sua chancela. Tanto no principado como na república se faz necessária, mesmo que minimamente, a aprovação popular para o uso da coerção. Como defende Ricciardi (2004, p. 41):

O principado civil, de fato, embora possa ser, na sua origem, tanto da optimacia⁶ quanto do povo, desenvolve plenamente a sua capacidade de governo político sobre as contradições sociais quando é adquirido ou sucessivamente gerido com o apoio, ou seja, com o consenso, da parte popular – a multidão, o universal – que, mais do que a optimacia, consente estabelecer um governo duradouro e não opressivo (RICCIARDI, 2004, p. 41).

Discorrer sobre a legitimidade do uso da força, conseqüentemente, conduz a uma leitura da relação entre grupos sociais que disputam o poder, e a possibilidade dessas relações acarretarem em guerra civil. As relações políticas são conflitivas por natureza, porém quando as lutas intestinais em um país se recrudescem, a coesão social se vê ameaçada, sendo necessário que o poder vigente se utilize da força para garantir estabilidade e segurança, pois caso se abstenha de intervir ou o faça de maneira insuficiente a ruína da república ou do principado se avizinha. Os gregos possuíam pavor da *stásis*⁷, por considera-la um caminho para a anarquia ou tirania. Tal concepção criou um idealismo político que associa uma sociedade perfeita como aquela isenta de lutas internas. Maquiavel rompe com esta “fobia” grega em relação a *stásis* que se estende até o medievo, defendendo que as lutas intestinais de uma república ou principado são normais e saudáveis, desde que controladas e contornadas (BIGNOTTO, 2008, p. 91).

Quando se analisa o uso da força dentro de uma república ou principado observa-se que sempre haverá uma margem de violência na relação entre o povo e os líderes políticos (FROSINI, 2016, p. 121). Apesar de Maquiavel reconhecer o papel das instituições políticas de um país em serem moderadas no uso da força para o controle social, o filósofo mantém um olhar lúcido quanto a “violência inerente da força”, que antes de ser boa ou ruim, simplesmente é. Essa abordagem judiciosa de Maquiavel a respeito do uso da força ao mesmo tempo que se demonstra cuidadosa com os excessos

⁶ Optimates era uma facção conservadora de senadores romanos que tinha como um de seus esforços limitar a participação política das assembleias populares na República Romana.

⁷ Conceito grego que designa a divisão causada em um corpo político nacional pela disputa entre facções políticas rivais. Posteriormente aos gregos, tal conceito foi concebido como guerra civil.

dela, em momento algum se agarra em um “pacifismo idealista”, que recusa o uso da força sem propor outro meio efetivo para a resolução de ameaças à segurança da sociedade. Dessa forma, a preocupação com a defesa é crucial para a subsistência de um principado ou república. Como Maquiavel (1996, p. 87) adverte:

Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem comanda. É ela de tanto poder que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, mas muitas vezes faz com que cidadãos de condição particular ascendam àquela qualidade. Ao contrário, vê-se que perderam os seus Estados os príncipes que se preocuparam mais com os luxos da vida do que com as armas. A primeira causa que te fará perder o governo é descurar desta arte e a razão de poderes conquistá-lo é o professá-la (MAQUIAVEL, 1996, p. 87).

Tal advertência de Maquiavel ao príncipe constitui uma alerta ao perigo tanto dos líderes políticos da república quanto do principado de se deixarem enganar no “estado de paz” que a guerra não se aproxima. A conduta de negligência ou de preparo frente a guerra é exemplificado por Maquiavel na comparação histórica que o filósofo faz entre a Florença de sua época e a Roma Antiga. No capítulo trigésimo do segundo livro dos *Discorsi*, Maquiavel aponta que Roma sempre foi precavida com a possibilidade de uma guerra, mesmo em tempos em que a nação gozava de prosperidade, riqueza e paz, nunca deixou de exercitar seus cidadãos para a guerra. Ao contrário da Roma antiga, Maquiavel expõe a República de Florença de sua época, da qual foi diplomata, como modelo de displicência com a guerra, pois aquela cidade tinha o péssimo hábito de não preparar seus cidadãos para guerra, comprando sua segurança através forças mercenárias e do apoio de outros principados mais poderosos. Para Maquiavel esta é a receita para a ruína de um país, pois como o diplomata defende “não se pode defender com ferro o que se comprou com ouro”. Florença acreditou que com sua riqueza poderia comprar a todos, porém se equivocou, pois, tendo riqueza e não possuindo exército próprio só atraiu para si o desejo de rapinagem de outros principados mais poderosos, que lhe roubaram o ouro com o ferro (exército) que possuíam (MAQUIAVEL, 1994, p. 287-288).

Pensar a guerra na paz é virtude de grandes repúblicas e principados para Maquiavel, sendo que exercitar-se para a guerra é respeitar a “mestra dos homens”, ou seja, aprender com a história de como os grandes líderes e nações conceberam e se comportaram diante da realidade da guerra (FROSINI, 2016, p. 116). Assim, Maquiavel

expõe que toda nação bem organizada exercitasse para a guerra em tempos de paz, e em tempos de guerra luta por necessidade ou por glória (MAQUIAVEL, 1971, p. 14).

Ao discorrer sobre o uso da força para a proteção de uma nação, Maquiavel defende que esta só alcançará êxito se for composta de armas próprias e participação popular, ou seja, se faz necessário um exército nacional bem treinado. Pode parecer prosaica esta análise do filósofo, porém, se considerarmos a conjuntura em que estava inserido veremos que a proposição de Maquiavel é pertinente. Como apontado em várias passagens dos *Discorsi* e na obra *O Príncipe*, sobretudo no decimo segundo capítulo, haviam vários tipos de tropas a quem as repúblicas e principados confiavam vossas proteções. As tropas poderiam ser próprias, compostas de cidadãos ou súditos; mercenárias, contratada mediante soldo; auxiliares, enviadas por forças estrangeiras para ajudar em circunstâncias especiais de determinado principado ou monarquia; e tropas mistas, formadas por forças nacionais e mercenárias (ARANHA, 1993, p. 57).

Confiar a proteção de um principado ou república a um *condottiere*⁸ era empreendimento de muito risco para Maquiavel, pois as forças mercenárias não conheciam virtude cívica alguma, como senso patriótico e respeito à hierarquia, sem contar que eram fracos nas virtudes militares também: não demonstravam bravura no combate e negligenciavam os melhores movimentos estratégicos por comodismo e covardia. Se Maquiavel é contundente em sua crítica aos mercenários na obra *O Príncipe*, nos *Discorsi* ele permanece irredutível, postulando não só diante da história, mas que em qualquer cenário futuro possível a atividade mercenária seria inútil para um principado ou república que anseia paz e prosperidade. O filósofo alega que somente soldados que combatem pela própria glória podem ser bravos e leais, cujo a glória referida pelo filósofo diz respeito a grandeza de carácter, honra e patriotismo, não se relacionando com a busca por riquezas e cargos políticos (MAQUIAVEL, 1994, p. 141). As vantagens do uso de um exército nacional ao invés de forças mercenárias ficam evidenciadas em uma comparação histórica entre duas campanhas militares distintas empreendidas pelos romanos. O primeiro caso se refere ao equívoco da utilização de tropas mercenárias cometida pelos romanos na proteção de Cápua⁹. Os romanos deixaram duas legiões incumbidas de protegerem a cidade contra possíveis assédios dos samnitas¹⁰, e apesar de

⁸ Comandante militar que recebia uma *condotta*, ou seja, um contrato para conduzir um exército mercenário mediante pagamento.

⁹ Importante cidade da Roma Antiga, situada na região central da península itálica.

¹⁰ Povo que habitava uma região dos montes Apeninos, ao sul de Roma. Travou diversas guerras contra Roma por disputas de territórios.

elas não serem tropas mercenárias ou auxiliares, segundo Maquiavel, tomaram hábitos e condutas que lhe são características, afastando-se assim das virtudes cívicas e militares que norteiam todo bom exército nacional. Passaram a viver do ócio e dos prazeres que a cidade proporcionava, oprimindo e vilipendiando os habitantes daquela região. (MAQUIAVEL, 1994, p. 257). Em contraste com este erro na condução em fiar-se em tropas mercenárias, Maquiavel expõe o êxito logrado pelos romanos por combateram em Cannes¹¹ com um exército nacional. Se em Cápuia faltou virtudes cívicas e militares para as legiões romanas, em Cannes sobrou. Apesar da derrota em um primeiro momento em Cannes, os romanos não alteraram vosso estado de espírito e lutaram com afínco, pois estavam bem liderados, treinados e movidos por coragem, patriotismo e dignidade. Depois de outras batalhas, conseguiram ao final vencer, porquê era tão virtuoso o estado em que o exército romano se encontrava que “se sofriam uma derrota não perdiam o ânimo, se venciam não se tornavam soberbos”. (MAQUIAVEL, 1994, p. 393-394). Com este comparativo histórico Maquiavel demonstra que no exercício da força, sobretudo na guerra, a nação que pretenda se tornar exitosa terá de confiar todo seu poder coercitivo somente a um exército próprio.

Rejeitar o uso de forças mercenárias para Maquiavel acarreta não só em benefício militar, mas também político. A guerra é atividades e habilidades que possibilita um diálogo entre o povo e os representantes políticos. Sendo assim, para o filósofo o principado ou a república que optar por possuir um exército composto por seus próprios cidadãos terá a oportunidade não apenas de formar soldados, mas também de incutir valores cívicos, como patriotismo, lealdade e bravura em toda população. (FROSINI, 2016, p. 116).

Na esteira da discussão sobre o papel e condições do uso da força para o êxito político, em anexo se faz necessário a discussão de dois conceitos que permeiam toda obra de Maquiavel: *Virtù e Fortuna*. O primeiro carrega o significado de ato político eficaz, potente e viril; uma força que permite conquistar e manter o poder. Já a Fortuna significa circunstância, imponderável e ocasião; relacionada com a sorte. (ARANHA, 1993, p. 62-63). Assim, quanto ao uso da força, uma ação política alicerçada na *virtù* consisti em utilizar-se da força de modo ponderado como resposta efetiva a uma circunstância (fortuna) que se apresenta como ameaçadora para a segurança de uma nação. De maneira prosaica, podemos compreender como uma “ação necessária diante de

¹¹ Cidade ao sul da península itálica. Lá foi travada a batalha decisiva da Segunda Guerra Púnica, que conferiu a vitória de Cartago sobre Roma.

uma necessidade”, uma tentativa da *virtù* em controlar a impetuosidade e o perigo advindo das peripécias da *fortuna*.

Por fim, ao discorrermos sobre a viabilidade e implicações do uso da força para o controle social e defesa de um regime político, compreendemos que Maquiavel se preocupa com a maneira, intensidade e ocasião para o uso da força. O filósofo não hesita que a força deva ser usada, apenas orienta prudência em seu uso, pois a força quando utilizada sem cálculo cria ódio ou insolência nos cidadãos e súditos. A boca da monarquia ou do principado morde em seu ato de governar, sendo que sua mandíbula é a força, portanto, na ótica maquiaveliana, o uso da força é pilar para o exercício da política e proteção dos povos.

2. O papel político que a religião pode exercer, sobretudo como norteadora de uma conduta social, ponderada por Maquiavel

Ao discorrer sobre a religião, Maquiavel foca sua análise em uma perspectiva político-social e não teológica, pois o mais importante para o filósofo é perceber os efeitos que a religião produz na organização social de uma nação.

Maquiavel compreende religião como um “cimento social” capaz de promover coesão e solidariedade entre os indivíduos que compõem um país. Desse modo, a religião possui seu valor não em verdades dogmáticas, mas em sua efetividade social e política (BERLIN, 2002, p. 306-307).

A fonte dos códigos morais se encontra na religião e não na lei para Maquiavel. Quando parte para a investigação dos princípios morais o filósofo não mergulha em julgamentos maniqueístas, antes se esforça em compreender a função de “engrenagem” que um código moral cumpri na “máquina” que é a política de um principado ou monarquia. Maquiavel está inserido em uma sociedade cristã medieval, majoritariamente católica, e ao analisar a moral judaico cristã busca entender as virtudes e vícios presentes no agir humano, entretanto, como já mencionado, o filósofo não quer se debruçar em uma análise teológica.

Junto com suas análises acerca dos códigos morais oriundos da religião, Maquiavel irá construir sua antropologia, que postula uma natureza humana cambiante e imperscrutável, fazendo com que os homens não saibam ser totalmente bons ou maus (MAQUIAVEL, 1994, p. 95). Devido à natureza cambiante do ser humano, Maquiavel vai postular uma antropologia negativa, ou uma constante antropológica negativa, pois

considerando os indivíduos capazes de realizar o mal uma nação pode melhor se preparar para interceptá-los e puni-los, promovendo assim estabilidade social e política (BIGNOTTO, 2008, p. 97). Diante dessa abordagem é que emerge, para Maquiavel, o importante papel da religião, junto com a lei e a força, de nortear a conduta humana. A religião combate pela via da orientação os desvios de conduta dos indivíduos, cimentando os interesses do Estado com os do povo. Já a lei e a força combatem pela via da coerção as delinquências sociais.

A religião tem função imprescindível para inculcar valores cívicos em uma nação e para combater a corrupção social. Maquiavel, porém, explica que o modo como a religião instrui o povo não deve ser da mesma maneira em que instrui os líderes políticos, seja em uma república ou em um principado. Dessa posição de Maquiavel é que surge sua crítica ao *espelho dos príncipes*¹², que faz os líderes das nações trocarem ações políticas efetivas por ações calcadas em idealismos morais e religiosos impraticáveis no âmbito político, colocando conseqüentemente a segurança de um país em risco. Guiar-se pelo *espelho dos príncipes* e não considerar uma antropologia negativa no ato de pensar e fazer política conduz um principado ou república a ruína. Maquiavel justifica tal apontamento:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta malvadez se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não desvelou; mas o tempo – conhecido justamente como o pai da verdade – vai manifestá-la (MAQUIAVEL, 1994, p. 29).

Ao rejeitar o espelho dos príncipes, Maquiavel intenta um novo esforço para se compreender a vida social e política dos indivíduos. Por isso, o filósofo propõe uma metodologia que busque compreender alguns traços, já que todos são impossíveis, da natureza humana, dado que uma característica do êxito político é conhecer sobre quem se governa. Maquiavel, então, irá se afastar de uma visão religiosa que idealiza o ser humano em prol de uma visão material dos indivíduos, pois usar “óculos colorido” na leitura da conjuntura política substitui o que é pelo o que deveria ser, e conseqüentemente, conduz os líderes políticos a agirem com pusilanimidade e displicência diante das ameaças que

¹² (*Speculum principum*) são direcionamentos de carácter filosófico, moral e teológico que visam orientar, sobretudo líderes políticos, a pensarem e agirem em consonância com os valores e virtudes cristãs. Foi considerado o modelo ideal de conduta de um príncipe na Idade Média.

atentam contra a nação (BERLIN, 2002, p. 310-311). A comparação histórica que Maquiavel oferece para elucidar esta questão é a contraposição dos atos de dois líderes políticos: Soderini¹³ e Brutus¹⁴. O primeiro guiava seus atos pelos *espelhos dos príncipes*, ou seja, buscava ser justo e misericordioso em suas relações políticas a tal ponto que, segundo Maquiavel, afagou aqueles que deveriam ser punidos e posteriormente acabou apunhalado por eles. Sua generosidade arruinou a própria vida e entregou sua pátria ao apetite de homens inescrupulosos. Se Soderini foi um exemplo do fracasso, Brutus é o exemplo para Maquiavel de que para o êxito político é necessário dar respostas alicerçadas na efetividade e não na moralidade religiosa ou “utopismos” éticos. Brutus para salvar a república de Roma teve de condenar seus próprios filhos à morte, devido a participação destes em uma conspiração que objetivava derrubar a República de Roma. Agindo de tal modo Brutus possibilitou que Roma vivesse em detrimento da morte de seus filhos, e só foi possível este feito porquê Brutus agiu buscando a efetividade de seus atos políticos, não se norteando, por exemplo, em algum *espelho dos príncipes* (MAQUIAVEL, 1994, p. 307-308). Destarte, Maquiavel ao quebrar o *espelho dos príncipes* transfere a medida da boa ou má ação política pautada nos valores morais cristãos para um valor efetivo e performático, ou seja, a boa ação política passa a ser aquela que obtém êxito para garantir paz e prosperidade a uma nação.

Ao tratar sobre religião, Maquiavel parte da realidade religiosa em que se encontra: o cristianismo. Entretanto, para pensar o papel da religião na política o filósofo não fica somente na análise do cristianismo, mas vai resgatar a antiga religião dos romanos, e comparar a eficácia das duas em promover coesão social e educação cívica. O primeiro ponto que separa as duas religiões são suas orientações de vida: enquanto o cristianismo valoriza e estimula a vida contemplativa, a antiga religião pagã instigava os indivíduos a vida ativa. No primeiro caso, tal estilo de vida teve como molde a vida monástica e o testemunho de vida dos santos da Igreja Católica. As virtudes celebradas foram a disciplina, espiritualidade, paciência, mansidão, humildade, mortificação do corpo e desprezo pelas coisas terrenas. Já com a religião pagã as virtudes estimuladas

¹³ Pedro Soderini (1450-1522) governou a República de Florença entre o final do século XV e início do século XVI. Era qualificado como homem de muita virtude e misericordioso. Maquiavel serviu como seu embaixador junto a Igreja Católica e no reino da França.

¹⁴ Lúcio Júnio Brutus foi um dos primeiros côsules de Roma (509 a.C), sendo considerado o fundador da República de Roma. Por ter ajudado na queda da monarquia romana e por seus valores republicanos e cívicos foi reputado como um herói pelos cidadãos e historiadores daquela nação.

foram a coragem, astúcia, virilidade e a busca pela glória terrena. Como relatado por Maquiavel (1994, p. 199):

A pompa das cerimônias antigas era igual à sua magnificência. Havia sacrifícios bárbaros e sangrentos, nos quais muitos animais eram degolados; e a visão reiterada de um espetáculo tão cruel endurecia os homens. As religiões antigas, por outro lado, só atribuíam honras divinas aos mortais tocados pela glória mundana, como capitães famosos, ou chefes de Estado. Nossa religião, ao contrário, só santifica os humildes, os homens inclinados à contemplação, e não à vida ativa. Para ela, o bem supremo é a humildade, o desprezo pelas coisas do mundo. Já os pagãos davam a máxima importância à grandeza de alma, ao vigor do corpo, a tudo, enfim, que contribuísse para tornar os homens robustos e corajosos. Se a nossa religião nos recomenda hoje que sejamos fortes, é para resistir aos males, e não para incitar-nos a grandes empreendimentos (MAQUIAVEL, 1994, p. 199).

Por seu poder de influência na vida social, a religião para Maquiavel assume o papel de educadora dos cidadãos e súditos, e se utiliza do paradigma e do ritual para cumprir esta função (GRAZIA, 1993, p. 113). Dessa maneira, há uma relação entre o estilo de vida apregoado por uma religião e sua pedagogia, e tal relação influencia demasiadamente nas relações político-sociais. Por sua orientação a vida contemplativa, o cristianismo em sua pedagogia preconiza uma passividade em relação a vida pública, pois o primordial é a salvação da alma e não da nação. De maneira oposta, a religião antiga dos romanos ao orientar os indivíduos a uma vida ativa não colocava em contraste a fé dos homens e suas vidas terrenas. Assim, a religião pagã ao invés de reprimir a libido dos cidadãos por glória e sucesso terreno a incrementava, semeando ideais de patriotismo, solidariedade e espírito de conquista. Então, Maquiavel conclui que a religião pagã era mais eficiente para educar os homens nas virtudes cívicas do que a cristã.

A educação religiosa possui a vocação de instruir os homens nas virtudes morais e cívicas como já relatado, entretanto, na ótica maquiaveliana, este processo deve ser feito com acuidade para que os indivíduos possam nortear suas ações na mesma direção dos objetivos da nação. A razão de tal advertência de Maquiavel pode ser evidenciada através de uma comparação histórica entre êxito dos romanos ao consultar os auspícios¹⁵ e no fracasso do frei Savonarola¹⁶ ao tentar reformular as leis de Florença através da religião.

¹⁵ *Auspicium* era uma prática religiosa dos romanos que consistia em interpretar a vontade dos deuses através da observação do comportamento dos pássaros.

¹⁶ Girolamo Savonarola (1452 -1498) foi um padre da ordem dos dominicanos. Ficou conhecido por suas pregações e profecias em Florença, assim como por sua luta pela reforma da Igreja Católica e dos costumes

No primeiro caso, a educação pagã ensinou os romanos a consultarem os auspícios em todos os seus empreendimentos, sobretudo quando eles estivessem servindo a nação. Ao consultar os auspícios antes de uma batalha, os romanos alinhavam a fé de seus soldados à necessidade militar que a república exigia deles. Com a ordem e o treinamento se preparava o corpo do soldado, com a fé os romanos elevavam a confiança e o ânimo das tropas, o que quase sempre resultava em vitória em suas campanhas militares. Para Maquiavel, este é um grande exemplo de como um correto ensinamento religioso pode engrandecer uma nação (MAQUIAVEL, 1994, p. 65-66). Quanto a Savonarola, este utilizou-se da educação cristã para propor leis tão idealizadas, que apesar de justas, não eram capazes de promover a comunhão entre o povo e os objetivos da República de Florença. Por sua rigidez de princípios, se indispôs com os poderosos daquela república e com a Igreja Católica. Dessa forma, pela esterilidade e imprudência de seus ensinamentos religiosos em instruir o povo nas virtudes cívicas, acabou por fim violando uma das leis que propusera, e como já havia atraído para si o ódio dos poderosos, forneceu a eles o meio para que lhe tirassem a reputação e o condenassem a morte (MAQUIAVEL, 1994, p. 145-146).

Consciente do importante papel da religião na educação moral e cívica de uma nação, Maquiavel trás, em anexo, sua crítica ao clero da Igreja Católica de sua época. A conduta dos líderes religiosos incide na moralidade popular na mesma proporção que a dos líderes políticos. Por este motivo, o filósofo dobra sua crítica ao clero católico, pois este gozava de poder espiritual e temporal, conseguindo ser imoral e fraco em ambos. Maquiavel foca sua crítica ao clero católico por dois motivos principais: corrupção e divisão social. No primeiro caso, o filósofo denuncia que Igreja, sobretudo na pessoa do papa, destruiu a devoção e a religião na Itália, pois ao invés de se preocupar em bem educar o povo na fé e nos bons costumes ela se entregou aos vícios do poder temporal, o que ocasionou corrupção generalizada, desobediência civil e toda sorte de distúrbios. Outro ponto da crítica de Maquiavel à Igreja é que esta, para benefício próprio, promovia a divisão entre as repúblicas e principados da península itálica, fazendo com que os conflitos fossem constantes naquela região. (MAQUIAVEL, 1994, p. 62).

As críticas de Maquiavel ao clero são duras, entretanto, como salienta Grazia (1993, p. 99): “Niccolò não odeia os padres. Estritamente falando sua posição não é anticlerical: seria mais adequado dizer é clerical reformadora”. O que o filósofo

da época. Foi citado por Maquiavel em várias de suas obras. Pelos inimigos poderosos que fez foi condenado a morte de fogueira em 1498.

ambiciona é uma Igreja capaz de ajudar na unificação da Itália, dilacerada pelas guerras internas. Porém, Maquiavel entende que para cumprir tal papel a Igreja precisava se purificar dos erros cometidos e voltar ao seu espírito primitivo, assim o seu papel religioso e político seria revigorado (MAQUIAVEL, 1994, p. 62).

Após discorrermos sobre as críticas de Maquiavel ao clero, e com os vários exemplos já relatados de êxito e fracasso da atuação da religião nas relações políticas, se faz indispensável também analisarmos a religião diante da *virtù* e da *fortuna*. A *virtù* para Maquiavel está relacionada com a eficácia, com a boa leitura da realidade e resposta efetiva diante de uma necessidade. O papel político da religião exercido com *virtù*, como é de preferência de Maquiavel, não se pauta na ideia de “graça” ou algum preceito moral, mas sim na eficiência em promover coesão social e educação cívica (BIGNOTTO, 2008, p. 95). Então, para o filósofo, quando a religião é conduzida virtuosamente não cuida só da espiritualidade dos fiéis, vai além, e consegue formar bons cidadãos e súditos na república ou no principado.

A *fortuna* é um conceito que permeia todas as obras de Maquiavel, por isso merece ser tratada com distinção. Em sua origem, a *Fortuna* era o nome de uma deusa dos romanos, representada pela imagem de uma mulher vedada, ao qual eles atribuíam o prodígio das sortes. Com o passar do tempo, a *fortuna* adquiriu o sentido de circunstância e acaso, não podendo ser mensurada ou prevista. Devido a esta mudança, a *fortuna* começou a adquirir um significado negativo porque não era confiável e sua imprevisibilidade podia causar serias avarias. Com seu caráter volúvel e enganador, a *fortuna* passou a ser uma deusa ingrata e impetuosa, conferindo e retirando a seu bel prazer os favores que deu aos homens, alterando assim o estado das coisas. Maquiavel vai usar a metáfora da roda para tentar explicar a *fortuna*, pois ao girar em um sentido, de súbito, ela pode girar ao inverso, e os homens não possuem tal agilidade para se adequar rapidamente a sua alternância. Desta maneira, os indivíduos não podem resistir totalmente as influências da *fortuna*, pois suas inclinações, entende-se condições antropológicas, não os permitem (GRAZIA, 1993, p. 219). Diante desse desafio, surge um grande problema social e político: os homens passam a não compreender quais as ações que dependem só de si mesmos e quais necessitam da chancela da *fortuna*. A religião poderia ser uma via para uma possível solução deste problema, ensinando aos homens que a *fortuna* se controla com virtude, coragem e planejamento, tanto na vida particular como na pública. Quando uma religião ensina que contra a *fortuna* não há remédios acaba por conduzir os indivíduos a um conformismo, que na ótica maquiaveliana, enfraquece a nação por torna-

la pusilânime e imperita. Deste modo, os homens não se sentindo responsabilizados pelo destino do principado ou a república entrega-os a vontade de corruptos e déspotas.

Diante da fortuna se faz necessário temor e não medo, pois o último engessa, mas o temor leva ao respeito. A fortuna é formidável, sendo necessário conhecer suas minuciosidades para melhor se precaver contra suas investidas. Como elucida Maquiavel, a *fortuna* é como os grandes rios que em tempo de cheias alagam e devastam tudo o que encontram pelo caminho. Contra sua impetuosidade, cabe apenas construir barreiras e diques, sendo que esta tarefa é característica daqueles que norteiam suas ações pela *virtù*, e acabam por isso, sobrevivendo a fúria da *fortuna* (MAQUIAVEL, 1994, p. 131-132).

Prever e se preparar: estas são as armas necessárias para enfrentar as peripécias da *fortuna* (GRAZIA, 1993, p. 223). Maquiavel aponta a má educação e um estilo de vida frívolo como um convite à “destruidora” *fortuna*, uma vez que estes dois equívocos criam indivíduos sem virtudes morais e cívicas, inclinados aos prazeres e a irresponsabilidade. Em tempos de paz e prosperidade, que são propícios para se “construir barreiras e diques contra as enchentes da fortuna”, a única coisa que erguem é a insolência, acreditando serem melhores do que de fato são (MAQUIAVEL, 1994, p. 394). Precisando de planos de contingência e de educar os indivíduos contra a insolência, sensata e prudente será, para Maquiavel, o principado ou república que se utilizar da religião e de líderes políticos virtuosos para tal ofício.

Em uma comparação histórica, observa-se que o uso social e político da religião norteado pela *virtù* obteve um êxito que foi negado ao uso guiado pela *fortuna*. No primeiro caso temos o exemplo histórico do assédio de Veios¹⁷, cujo cerco duradouro à cidade tinha cansado os soldados romanos a tal ponto de desanima-los da guerra. Correu então um boato acerca de uma profecia que assegurava a caída da cidade de Veios quando as águas do rio alba transbordassem. Percebendo a oportunidade, e agindo por *virtù*, os comandantes militares estimularam a religiosidade daquela tropa difundindo de maneira afínca essa profecia, reanimando assim os soldados que resistiram em suas posições até a cidade se render (MAQUIAVEL, 1994, p. 63). Já no uso social e político da religião pautado na *fortuna* temos o exemplo da tentativa do cristianismo em apagar a herança histórica do paganismo. Destruindo edifícios, artes e escritos pagãos a Igreja acreditou que erradicaria a presença da religião antiga na sociedade cristã. Porém, confiando que o tempo daria conta de concluir este trabalho agiu por *fortuna*, o que se mostrou um

¹⁷ Antiga cidade etrusca situada na região da Toscana, Itália. Foi conquistada pelos romanos após dez anos de cerco.

equivoco, pois a língua latina a Igreja esqueceu de destruir e foi através dela que intelectuais renascentistas resgataram o pensamento e a arte pagã (MAQUIAVEL, 1994, p. 209).

Enfim, ao refletirmos sobre o papel político que a religião pode exercer, sobretudo como norteadora da conduta social, podemos compreender a necessidade da religião e do poder temporal concatenarem seus objetivos, colocando lado a lado poder religioso e temporal, algo que promoveria como resultado a instrução do povo nos valores morais e cívicos. Fazendo um uso político virtuoso da religião, uma nação promoveria coesão social, protegendo-se de inimigos internos e externos, pois os indivíduos estariam mais inclinados a solidariedade, ao respeito das leis e a defesa da pátria.

3. A possibilidade de força e religião se complementarem no intento do êxito nas relações políticas, a partir das contribuições de Maquiavel

Força e religião são meios para construir uma nação coesa e segura. Cidadãos ou súditos, todos sentem o impacto da influência social desses dois dispositivos do poder, porém ambos possuem limitações, e para que o êxito político seja alcançado se torna importante mesclar o uso da força e da religião no ato de fazer e pensar a política.

Ao conjecturarmos o uso da força e da religião, assim como uma combinação de ambas, surge a indagação quanto ao momento oportuno para tal empreitada. Influenciado parcialmente pelo conceito de *anaciclose*¹⁸ de *Políbio*¹⁹, Maquiavel concebe uma circularidade dos eventos históricos e políticos, algo que possibilita compreender as ações humanas que foram equivocadas ou exitosas em um dado momento histórico (ARANHA, 1993, p. 51-52). O tabuleiro político-social sempre será o mesmo, porém a movimentação das peças é que sofreram alterações. Como expõe Maquiavel (1994, p. 190):

Refletindo sobre a maneira como as coisas acontecem, penso que o mundo não se modificou substancialmente: que sempre guardou igual parte de bem e de mal. O bem e o mal, contudo, têm passado de um país

¹⁸ Teoria que postula a existência de um ciclo de vigência dos regimes políticos, que nunca se extinguem, mas se sucedem. Esta teoria foi exposta por Platão e aperfeiçoada por Políbio, que também estudou as seis formas de governo de Aristóteles para melhor entender os ciclos políticos. Para Aristóteles a monarquia corrompida dá lugar a tirania, a aristocracia transformasse em oligarquia e a democracia se degenera em anarquia. Políbio, entretanto, diverge de Aristóteles ao afirmar que não é possível escolher entre uma destas seis formas de governo, pois o próprio movimento da *anaciclose* impõe a vigência de uma forma política em um determinado momento.

¹⁹ Historiador e geógrafo da Grécia Antiga. Ganhou grande notoriedade por seus escritos políticos e históricos. Também foi preceptor de um dos maiores generais romanos de toda história, Cipião Africano.

a outro, como nos indicam as informações que temos hoje dos reinos antigos – que a variação dos costumes tornava diferentes uns dos outros, embora o mundo, como um todo, permanecesse imutável (MAQUIAVEL, 1994, p. 190).

Porque o bem e o mal perambulam na temporalidade política é que se observa a ascensão e queda dos regimes políticos, concomitantemente, a sucessão de um estado de virtude para um de corrupção. Por causa desse último é que surge a insegurança no povo, pois este teme a morte ou a escravidão que lhe pode ser imposto em tempos malfazejo, no qual déspotas e tiranos emergem (AMES, 2009, p. 191).

A mutabilidade da realidade política advinda do movimento da *anaciclose* levanta um ponto importante a ser discutido: a relação dos indivíduos com a temporalidade. Sobre esta relação, Maquiavel (1994, p. 189) explica:

Os homens elogiam o passado e se queixam do presente, quase sempre sem razão. Partidários cegos de tudo o que se fazia outrora louvam épocas que só conhecem pelos relatos dos historiadores; e aplaudem o tempo da própria juventude, conforme a lembrança que lhes fica na velhice [...] Há mais ainda. Por medo ou por inveja, os homens se entregam ao ódio, cujas duas razões mais fortes não vigem em relação ao passado: pois não há motivo para temer o que já ocorreu, e não tem sentido invejar os acontecimentos pretéritos (MAQUIAVEL, 1994, p. 189).

Descontente com o tempo em que vivem, os indivíduos se tornam insatisfeitos e imediatistas, buscando de qualquer maneira atender necessidades atuais e negligenciando às futuras. Deste problema surge uma grande ameaça a segurança e a liberdade de uma nação: a possibilidade da corrupção e da tirania. Maquiavel argumenta que os indivíduos se impressionam com a “ocorrência das coisas”, contudo, não conseguem perceber suas motivações. Se um líder político emprega meios sórdidos para alcançar um objetivo, desde que a população seja satisfeita provisoriamente com tal ato, não sofre repúdio, pelo contrário, é aplaudido pelo povo (GRAZIA, 1993, p. 272). O melhor instrumento político para combater a inclinação dos povos aos “encantos da aparência e do imediato”, que ocultamente esconde corrupção e ameaças a liberdade, é a religião, através da educação moral e cívica que esta pode propiciar. Para evidenciar este posicionamento, Maquiavel nos oferece um comparativo histórico entre a república romana e os reinos de Nápoles e Milão de sua época. No primeiro caso, Spúrio Cássio²⁰ tentou subornar o povo romano

²⁰Foi o primeiro mestre de cavalaria de Roma, eleito cônsul no ano de 502 a.C. Após ser acusado de aspirar poderes reais, foi julgado e condenado a morte.

distribuindo dinheiro do tesouro público, entretanto, como o povo romano não estava corrompido, rejeitaram a oferta do cônsul, pois perceberam que a motivação oculta daquele ato era comprar a “consciência popular” para ampliar os poderes de um líder político corrupto. Este forte senso patriótico e moral dos romanos estava alicerçado nos ensinamentos religiosos que receberam (MAQUIAVEL, 1994, p. 331). Já no caso dos reinos de Nápoles e Milão, estes perderam a liberdade e não conseguiram mais recuperá-la, nem por via de rebeliões ou revolução como expunha Maquiavel. O filósofo credita a queda daqueles reinos à corrupção generalizada em que eles estavam mergulhados, onde nem as leis surtiam mais efeito. Tanto Nápoles como Milão deram as costas aos bons costumes e aos preceitos morais-religiosos, o que causou vossas ruínas (MAQUIAVEL, 1994, p. 74).

Pela *anacliclose* a realidade política se põe em movimento, renovando-se constantemente. Ao pensarmos a existência da religião em paralelo com a política, percebemos que as religiões sofrem alterações ou se extinguem em um espaço de tempo muito superior ao dos regimes políticos. As religiões conseguiram mais longevidade com seus preceitos morais e religiosos do que a política com sua força, demonstrando que seu poder de influência pode ser uma alternativa para tapar algumas brechas deixadas pelo uso da força nas ações políticas. Com força se conquista, mas com valores se mantém as estruturas de uma nação, e sem a religião, na ótica maquiaveliana, não é possível estabelecer os valores cívicos e morais que norteiam toda nação triunfante.

Contíguo a discussão acerca do homem e sua relação com o tempo, há a discussão sobre a relação do homem com a necessidade. Para Maquiavel os indivíduos não são espontâneos, e só se movem quando uma necessidade os obriga a romper com a inércia. Sendo assim, o filósofo concebe a necessidade como uma condição da natureza, do qual os indivíduos não podem escapar, mas somente tentar contornar. Os indivíduos tomam consciência de uma necessidade quando precisam romper com uma ordem que lhes afetam negativamente, optando por tomar medidas desconfortáveis para contornar as dificuldades que os molestam. Desta maneira, a superação de uma necessidade tem como objetivo o alcance de um ideal (GRAZIA, 1993, p. 207).

Na perspectiva maquiaveliana a necessidade não se fecha em um incômodo, mas se apresenta como uma oportunidade de inovar, restaurar e reparar. Através de uma necessidade um principado ou república pode renovar suas instituições políticas, se adequando melhor aos desafios do momento. Também, surge a ocasião de fazer os cidadãos e súditos repensarem suas condutas, seja através da lei ou da religião, pois junto

com as necessidades vem tempos difíceis, e alguns indivíduos se sentem confiantes em afrontar as leis e os bons costumes nesses momentos por julgarem que não há instituições ou pessoas capazes de puni-los por seus atos malfazejos. Em momentos assim as instituições e líderes políticos de uma nação não devem ficar irresolutos em seus esforços para garantir a paz e a segurança; caso cedam em algum ponto, demonstraram fraqueza e encorajarão não só um, mas muitos indivíduos a afrontarem a ordem (MAQUIAVEL, 1994, p. 302).

Junto com as instituições políticas, a religião também precisa se restaurar diante das necessidades para Maquiavel. O filósofo resgata a figura de São Francisco²¹ e São Domingos²² para exemplificar uma resposta efetiva há uma necessidade de restauração religiosa. Percebendo a corrupção em que o clero da Igreja havia mergulhado, estes dois santos propuseram uma restauração dos hábitos e dos valores. Com a visão aguçada desses dois santos acerca da necessidade que a Igreja possuía de se restaurar naquele dado momento histórico, como salienta Maquiavel, estes lograram revigorar a Igreja que se encontrava a beira do colapso, devolvendo a religiosidade e os bons costumes ao povo, sendo que as novas regras morais e religiosas que postularam nem mesmo setores corrompidos do clero conseguiram arruinar (MAQUIAVEL, 1994, p. 303). Novamente Maquiavel crítica de maneira dura o clero, porém o filósofo não o faz de modo vazio: o que Maquiavel objetiva com esta crítica é demonstrar o valor da religião na promoção dos bons valores, conclamando aos clérigos que regenerassem suas vocações, pois estes possuíam a importante função social de educar o povo (LEONARDI, 2007, p. 124).

Fica patente para Maquiavel que para o êxito político se faz necessário combinar o uso da força com a religião, e podemos observar como peritos neste tipo de esforços os grandes homens da história, considerado os heróis do autor. Maquiavel (1996, p. 53) expõe: “que os profetas armados venceram e os desarmados perderam”, com isso o filósofo realoca a religiosidade de uma condição passiva para uma ativa, e resgata a figura do profeta Moisés como exemplo de um líder político e religioso que soube juntar fé e força no ato de governar uma nação, pois ao mesmo tempo que este conseguiu estabelecer leis e códigos morais aos judeus pela influência da religião, não deixou de utilizar a força

²¹ São Francisco de Assis (1182-1226) foi um frade italiano fundador da ordem que recebe seu nome: franciscanos. Ganhou grande notoriedade na idade medieval por ter proposto uma reforma do estilo de vida clerical, pregando uma vida de pobreza, caridade e oração.

²² São Domingos de Gusmão (1170 — 1221) foi um frade italiano fundador da ordem dos pregadores, conhecidos como Dominicanos. Assim como seu contemporâneo São Francisco, defendeu a reforma do estilo de vida clerical, dedicando boa parte de sua vida a evangelização e a educação.

quando necessário, matando alguns homens que ameaçavam corromper a nação com suas inclinações nocivas (MAQUIAVEL, 1994, p. 390). Os heróis de Maquiavel evidenciam que na mesma medida em que a força auxilia na efetivação dos preceitos religiosos na nação, a religião também pode cobrir as lacunas que o uso da força possui, como por exemplo orientar a forma e a ocasião da aplicação da coerção, algo que por si só a força não pode ponderar, por ser impetuosa em sua própria natureza.

Ao discorrer sobre seus heróis e suas respectivas condutas, Maquiavel acaba por apontar um impasse na relação dos indivíduos com suas funções sociais: talvez os homens estejam condicionados a escolher entre uma vida privada agradável ou uma vida social bem-sucedida, mas não as duas coisas juntas (BERLIN, 2002, p. 341). Para Maquiavel dois princípios mesmo sendo bons, podem ser contraditórios, como por exemplo ter de escolher salvar a pátria ou a alma, e este impasse pode reverberar na vida privada e pública dos indivíduos (BERLIN, 2002, p. 319). Maquiavel ao defender que dois princípios intrinsecamente bons podem se contradizer rompe com o monismo ético, que defendia a existência de apenas um bem a ser perseguido. Para o filósofo o monismo ético é perigoso, pois se há apenas um único bem, quaisquer meios para atingi-lo serão válidos, abrindo assim caminho para justificação de fanatismos e perseguições (BERLIN, 2002, p. 347).

Outro perigo do monismo ético é que este ameaça a efetividade da prática política. Maquiavel ao criticar o espelho dos príncipes, uma herança do monismo ético medieval, quer expor a necessidade da superação de uma visão dualista na condução das coisas. Não se trata mais de bem ou mal, pois para o filósofo em tudo e em todos há traços do bem e do mal, a discussão deve agora se centrar no que é efetivo ou não. Em uma análise comparativa histórica poderíamos compreender a exortação de Maquiavel de que a efetividade de um princípio não repousa em si mesmo, mas no quando e como ele é utilizado. Ali está seu valor, tanto ontológico como prático. Para fazer esta análise resgataremos as figuras históricas de Mânlio Torquato²³ e Valério Corvino²⁴. O primeiro era severo em sua conduta e disciplinava as tropas que comandava com austeridade, acreditando que não havia riscos no uso enérgico da força desde que as circunstâncias assim exigissem. Agindo de tal modo nunca teve de enfrentar um motim nos exércitos que comandou, pois aqueles que não o respeitavam pelo menos o temiam. Também

²³ Foi eleito cônsul de Roma por três vezes, em 347, 344 e 340 a.C. e posteriormente foi nomeado ditador (353 a.C.). Comandou as tropas romanas na guerra contra as tribos latinas, ganhando notoriedade por sua coragem em batalha e sua severidade no tratamento com seus soldados.

²⁴ Foi eleito cônsul de Roma em 31 a.C. Ficou conhecido por tratar com benevolência os soldados que serviam baixo ao seu mando e por ser um homem erudito, amante da literatura e patrocinador das artes.

Mânlio conseguiu através de sua conduta enérgica revigorar as leis e as instituições romanas que necessitavam de uma reforma, e só conseguiu êxito porquê usou a “violência” necessária que aquele momento histórico de Roma exigia. Já Valério que agiu de maneira humana e branda com seus soldados logrou deles respeito e muita admiração, e conseguiu com sua piedade o que Mânlio conseguiu com severidade: a ordem e o respeito às instituições. Valério agiu com serenidade porquê assim o momento exigia, pois, as regras que disciplinavam os soldados estavam sendo cumpridas, havendo apenas a necessidade de fazer a sua manutenção. Agindo de maneira comedida Valério impediu revoltas no exército e adquiriu a simpatia dos soldados (MAQUIAVEL, 1994, p. 369-370). A comparação histórica entre Mânlio Torquato e Valério Corvino oferece-nos o exemplo de que a efetividade das ações políticas não repousa em um monismo ético, mas na leitura de conjuntura e na performance das respostas as necessidades que se apresentarem na realidade política e social.

Como já postulado, a religião pode preencher as lacunas deixada pela força, complementando-a no intento do êxito nas relações políticas. A comparação que Maquiavel faz das características do leão e da raposa foi aplicada à orientação dos líderes políticos quanto ao uso da força, não obstante, também seria pertinente aplica-la na análise da complementaridade da religião e força no trato político. Nesta comparação Maquiavel (1996, p. 101-102) expõe:

Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que se fizerem unicamente leões não serão bem-sucedidos [...] Disto poder-se-iam dar inúmeros exemplos modernos, mostrando quantas convenções e quantas promessas se tornaram írritas e vãs pela infidelidade dos príncipes (MAQUIAVEL, 1996, p. 101-102).

Podemos assegurar que ao postularmos as características do leão pertinentes ao uso da força e da raposa à religião, conseguiremos melhor compreender a necessidade da complementaridade destas para o êxito político, visto que pensando a política como raposa se consegue obstruir as “armadilhas do excesso da força” utilizando-se da religião como um instrumento preliminar a coerção para incrementar a moralidade e espírito cívico na coletividade, o que eliminaria a possibilidade de posteriormente ter de lançar mão da força para corrigir práticas corruptas e desvirtuadas no seio da nação. Agora pensando a política como leão será possível amedrontar os “lobos ávidos de poder”, pois

estes para alcançar seus objetivos não respeitam a fé, as leis e os bons costumes, corrompendo e tiranizando a nação. Portanto, é imprescindível utilizar a força para combatê-los e puni-los, visto que negligenciar tal empreitada acarretaria numa grande ameaça à paz, segurança e prosperidade de uma nação.

As qualidades da raposa e do leão não são moralmente aprováveis ou reprováveis, sendo que sua importância reside em seu uso combinado para proteção e estabilidade do principado ou da monarquia. Assim, Maquiavel propõe que a força do leão e a astúcia da raposa não são qualidades para os líderes políticos adquirem poderes para si, mas sim para bem gerirem a nação (BERLIN, 2002, p. 320). Então, ao aproximar as qualidades da raposa com a função social e política da religião e as qualidades do leão com a função político-social do uso força, podemos compreender que as boas estratégias e instrumentos de atuação política encontram sua justificação na busca do bem comum e não na satisfação de projetos de poder de alguns indivíduos ou grupos específicos.

Para melhor elucidar a questão da complementaridade da força e da religião para o êxito político, podemos resgatar, através de uma comparação histórica, o agir político do fundador de Roma e de seu sucessor: Rômulo e Numa. O primeiro governou com a força do leão e conseguiu êxito, uma vez que as circunstâncias exigiam tal conduta. Devido a diversidades dos povos que iriam compor a cidade de Roma se fez necessário o uso da coerção para que os indivíduos respeitassem as novas leis e instituições. Já Numa que sucedeu a Rômulo percebeu que o alcance do uso da força tinha chegado a seu limite, faltava algo que pudesse incutir sentido de pertença dos indivíduos para com nação. Saindo do temor que a coerção e as leis provocam, Numa foi buscar a coesão social e encontrou a religião como o instrumento político ideal para alcançar este fim (MAQUIAVEL, 1994, p. 57-58). Se a força serviu de pilar jurídico a religião foi o sustentáculo moral para que Roma se tornasse poderosa e empreendesse suas conquistas.

Considerações finais

Ao concluirmos que a força e a religião podem se locupletar no esforço para êxito político acabamos por transferir o valor de verdade da ação política, e, por conseguinte, de virtude, das categorias bem e mal para a eficácia dos atos. As ações políticas para Maquiavel devem buscar, como expunha Berlin (2002, p. 318): “*a verita effettuale* – a verdade que é testada pelo sucesso da experiência”. Destarte, com a busca de Maquiavel pela efetividade dos atos políticos o filósofo se coloca em litígio com uma tradição

idealista do pensamento político, que preferi criar teorias em mundos possíveis para não ter que lidar com a dura realidade deste. Esta é uma originalidade do pensamento maquiaveliano, e que o fez odiado ou mal compreendido por muitos que o leram: Maquiavel relembra em suas obras, sobretudo nos *Discorsi*, que ignorar um inconveniente para não ter de lidar com ele é uma fuga que nada ajuda a solucionar os problemas sociais e políticos de uma nação (BERLIN, 2002, p. 348).

Por fim, pode-se concluir que há necessidade de complementaridade entre força e religião para o êxito político, como evidenciado no pensamento de Maquiavel, sobretudo em sua obra *Discorsi*. A simbiose da força e da religião no trato político promove estabilidade e progresso em uma nação, pois orienta a prática política pela *virtú*, que se pauta na busca pela efetividade e controle, mesmo que parcial, das peripécias da *fortuna*. Só com força é possível fundar uma nação e com a religião dar um código moral a um povo, entretanto, para dar coesão, grandeza e longevidade a uma nação e a seu povo é imprescindível o uso político combinado de força e religião, visto que somente assim uma nação poderá aumentar seu grau de resiliência diante das ameaças e sua sapiência para aproveitar as oportunidades de se potencializar.

Referências

- AMES, J. L. Liberdade e conflito – O confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. *KRITERION*, Belo Horizonte, nº 119, p. 179-196, 2009.
- ARANHA, M. L. A. *Maquiavel: A lógica da força*. 4 ed. São Paulo, SP: Moderna, 1993. 143 p.
- BERLIN, I. *A originalidade de Maquiavel*. In: BERLIN, Isaiah. Estudos Sobre a Humanidade - Uma Antologia de Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 299-348.
- BIGNOTTO, N. A antropologia negativa de Maquiavel. *ANALYTICA*, Rio de Janeiro, vol 12, nº 2, p. 77-100, 2008.
- FROSINI, F. *Maquiavel, o revolucionário*, trad. Ephraim Ferreira Alves. 1 ed. São Paulo, SP: Idéias & Letras, 2016. 174 p.
- GRAZIA, S. *Maquiavel no inferno*, trad. Denise Bottman. 1 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993. 464 p.
- LEONARDI, E. M. *Entre o elogio e a censura: o lugar da religião no pensamento político de Nicolau Maquiavel*. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.
- MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, trad. Sérgio Bath. 3 ed. Brasília, DR: Editora Universidade de Brasília, 1994. 436 p.
- _____. *O Príncipe*, Trad. Lívio Xavier. 1 ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996. 287 p.

_____. *Dell' arte Della Guerra*. 1 ed. Firenze, IT: Letteratura italiana Einaudi, 1971. 195 p.

MARCOMINI, R. A. *A religião como instrumento da política: nas trilhas de Maquiavel*. 2017. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicada) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2017.

RICCIARDI, M. *A república antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno*. In: DUSO, Giuseppe. *O poder: História da Filosofia Política Moderna*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 37-48.

Recebido em: 29/09/2020

Aprovado em: 16/10/2020